

O POVO FORA DO ORÇAMENTO

O Orçamento da União é um instrumento político, que reflete as escolhas e prioridades dos que estão à frente do governo federal e das forças políticas que os apoiam.

Por isso, durante os 13 anos do PT no governo federal, a parcela das receitas do Estado destinadas ao atendimento das demandas da população cresceu continuamente. Havia uma prioridade – colocar o povo no orçamento.

A partir do golpe, tudo mudou. Os limites aos gastos impostos pela Emenda Constitucional 95/2016 e as escolhas políticas dos governos Temer e Bolsonaro secundarizaram demandas e interesses da população, subordinando os direitos sociais às metas de ajuste fiscal. Nestes cinco anos pós-golpe, impôs-se evidente tendência de redução dos recursos para políticas estruturantes que garantem direitos de proteção social e reduzem desigualdades.

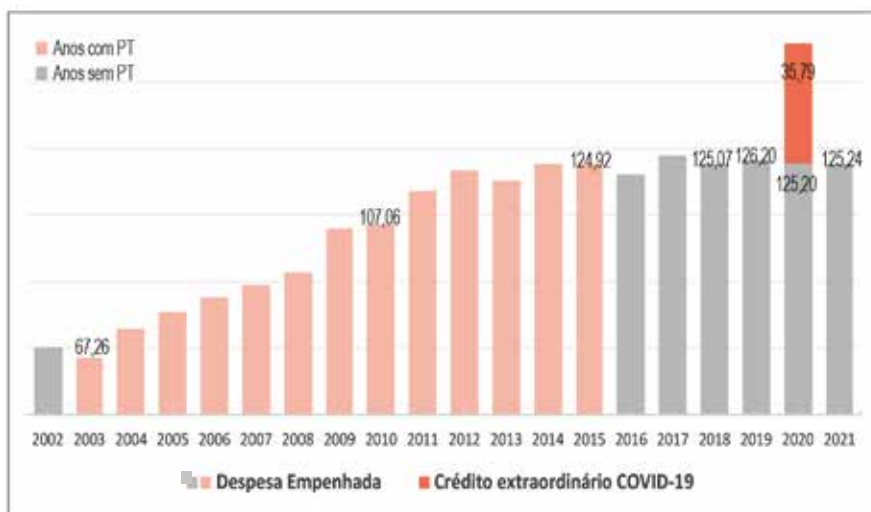
Os gráficos a seguir trazem uma fotografia incontestável da trágica e bem-sucedida estratégia de desconstruir o Brasil com o desmonte de sistemas estatais, implantada nos governos Temer e Bolsonaro. Crescentemente, **o povo está sendo excluído do orçamento.**

SAÚDE

O congelamento dos gastos em saúde, ainda que em termos reais, imposto pela EC 95/2016, tem duas implicações imediatas: diminuir

o gasto público *per capita* e dificultar a incorporação de novos equipamentos, processos e medicamentos. Em outras palavras, ampliará o subfinanciamento do SUS, tarefa executada com maestria nestes primeiros cinco anos pós-golpe.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS EM SAÚDE*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

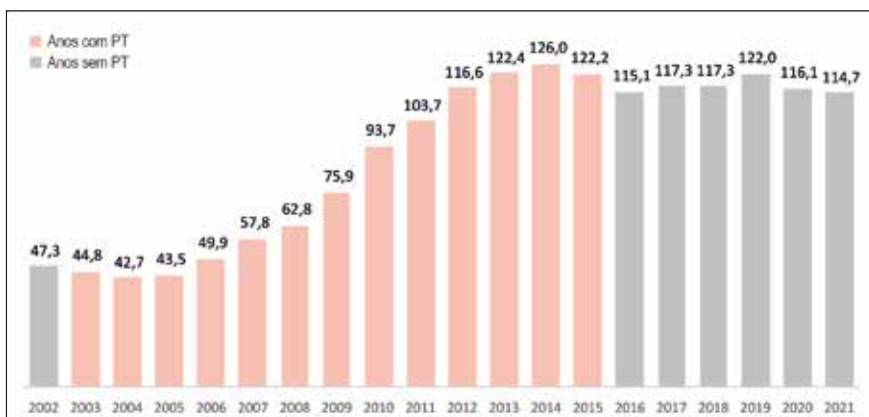
* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

EDUCAÇÃO

A partir de 2016, os investimentos em educação passaram a decrescer. Em 2020, os gastos foram 5% menores que no último ano do governo Dilma. A previsão para 2021 é aprofundar estas perdas.

O ano de 2019 ficou fora desta tendência, devido ao aumento no complemento do FUNDEB por causa do leilão do pré-sal e à alocação de quase 1 bilhão de reais de emendas parlamentares, mais que o dobro do ano anterior. Isto expressa um dos riscos da atual política de alocação orçamentária, que aumenta a incerteza quanto à continuidade do gasto (gráfico 2).

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MEC*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único da Assistência Social – SUAS está sendo asfixiado em termos orçamentários. Entre 2016 e 2020, os recursos diminuíram para menos da metade do empenhado em 2014. Em 2021, a Lei orçamentária anual – LOA prevê apenas 21% daquele montante. Isto significa menos unidades públicas e serviços, menos profissionais atuando nos municípios e menos pessoas e famílias sendo atendidas na proteção e promoção de seus direitos (gráfico 3).

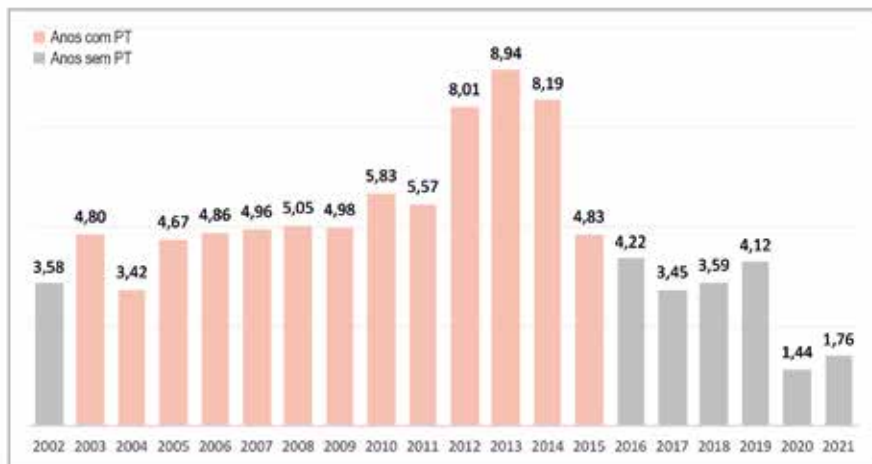
CULTURA

No governo Temer, os recursos para a cultura permaneceram relativamente estáveis, mas entre 20% e 30% menor que em 2015, último ano antes do golpe.

No governo Bolsonaro, o tamanho do desprezo pela Cultura se expressou em um corte brutal no orçamento, que perdeu quase 80% em relação ao investido em 2015. O orçamento previsto na LOA 2021

é do mesmo tamanho do valor investido no último ano do governo FHC, um retrocesso de vinte anos (gráfico 4).

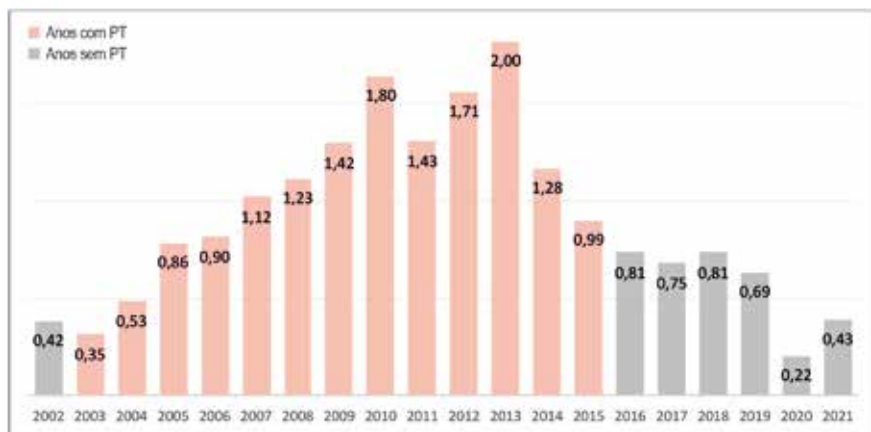
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA média.

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DA FUNÇÃO CULTURA*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

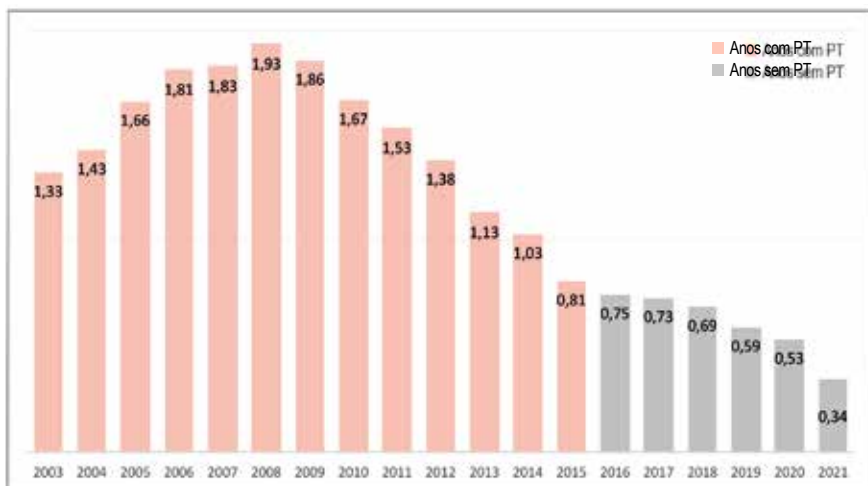
* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

TRABALHO

Excluídos os gastos obrigatórios com seguro desemprego e abono salarial, as despesas discricionárias da função trabalho estão em trajetória decrescente. Isto significa asfixia de gastos com fiscalização do trabalho, enfrentamento ao trabalho escravo, entre outras.

As despesas dos três primeiros anos do governo Bolsonaro correspondem ao total gasto em 2011, primeiro ano do governo Dilma.

GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DA FUNÇÃO TRABALHO*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

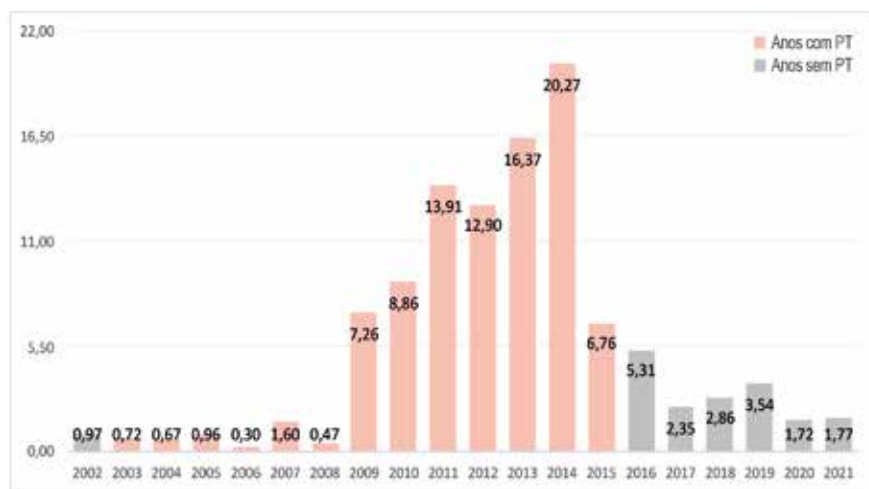
* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

MORADIA

Uma das medidas mais importantes para garantir o direito à moradia foi a alocação, a partir de 2009, de recursos expressivos no orçamento da União para apoiar a construção de moradias de interesse social. Assim nasceu o Minha Casa Minha Vida – MCMV, que se tornou o maior programa de construção habitacional da história do Brasil.

Os governos Temer e Bolsonaro praticamente extinguiram os recursos para investimento em moradia de interesse social. Mataram o MCMV.

GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS COM MORADIA DE INTERESSE SOCIAL*



ma Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

Cada vez há menos recursos orçamentários para atender as necessidades da população e impulsionar o desenvolvimento sustentável. Depois de o golpe cassar ilegalmente o mandato da presidenta Dilma, disseram que era necessário fazer a reforma trabalhista; depois que era necessário fazer a reforma da Previdência; depois que era necessário privatizar as empresas públicas, em especial as ligadas à PETROBRAS; depois que era necessário a independência do Banco Central; e agora que é necessário fazer a reforma administrativa. Sucessão de desculpas para acobertar um continuado processo de escolhas políticas cujo resultado é menos povo e mais juros e amortizações da dívida e gastos com defesa nacional no orçamento da União.